



## **MEMÓRIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA** **REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2021**

Aos dois dias do mês de julho de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 42ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público do Paraná – MPPR; Ministério Público Federal – MPF; Observatório Social do Brasil – OSB; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. Registrada a ausência de representantes da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Trabalho – MPT; e Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Maurício Kalache (MPPR)**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou a palavra ao Pedro Carlos Carmona Gallego para que apresentasse as considerações a respeito do Ateliê de Planejamento Estratégico da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, em especial sobre as tendências de Governo Digital.

**Pedro Carlos Carmona Gallego (CELEPAR)** apresentou as medidas adotadas pela CELEPAR, orientada pelo sistema Fiep, para a imersão do Governo Digital no Estado do Paraná. O Planejamento Estratégico 2022-2026 possui algumas fases preliminares, como: (i) estudo de tendências mundiais sobre Governo Digital; (ii) atual posição da CELEPAR; e (iii) drivers do futuro. Com o levantamento dessas



informações será possível direcionar o projeto estratégico, elencando seus indicadores. O Planejamento Estratégico também contempla ateliês (bate-papo sobre o tema Governo Digital), tendo em vista a edição de novas normas acerca da tecnologia, bem como a proteção de dados pessoais.

**Bruno Galatti (MPPR)** externou que a abordagem é importante, pois o acesso à internet também significa o acesso à informação. Indagou se a implementação do Governo Digital é um movimento da CELEPAR ou uma política governamental.

**Pedro Carlos Carmona Gallego (CELEPAR)** ressaltou que o Planejamento Estratégico teve início em 2019, apoiado pelo sistema Fiep quanto ao tema Governo Digital. Informou que a mesma proposta foi feita à Secretaria de Planejamento, mas não houve prosseguimento. Apontou que, apesar do foco da CELEPAR ser mais restrito, foi oferecido apoio do Grupo Gartner para a realização de um estudo similar ao Governo do Estado.

**Penélope Gama (DPF)** informou que na Polícia Federal também estão realizando ajustes do Planejamento Estratégico até 2023, para conciliar com o Plano Plurianual, sendo o Governo Digital uma tendência no âmbito federal. Reforçou que o método auxilia o direcionamento da destinação dos recursos, maximizando-os. Acredita que a etapa do denominado “ateliê” fomenta a motivação dos servidores, trazendo ideias de grande valia. Por fim, propôs para a reflexão dos integrantes a possibilidade de elaborar um Planejamento Estratégico no âmbito da Rede, colocando-se à disposição para participar.

**Maurício Kalache (MPPR)** concordou com a relevância do tema e colocou em votação a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração das diretrizes.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** se colocou prontamente à disposição para auxiliar e participar do referido Grupo de Trabalho.

**Maurício Kalache (MPPR)** acredita que a proposta de Governo Digital deve considerar a inclusão social e entender a perspectiva do cidadão. Apontou que o objetivo não é apenas facilitar os processos internos, mas também melhorar a prestação dos serviços. Após a votação entre os integrantes, o Grupo de Trabalho



foi aprovado por anuência plena, sendo designada Penélope Gama para a coordenação.

**Bruno Galatti (MPPR)** mencionou que a Rede já atuou desta forma em anos anteriores e se colocou à disposição para auxiliar na busca dos respectivos registros e documentos.

**Maurício Kalache (MPPR)**, avançando na pauta, fez um breve relato sobre as últimas reuniões realizadas com a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social, sobre o lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC e a adesão ao e-Prevenção. Destacou que o PNPC se trata de estratégia nacional de iniciativa da Enccla para apoio aos gestores públicos, mediante o fornecimento de mecanismos de autoavaliação institucional, a fim de estimular a adoção de providências internacionalmente recomendadas e legislativamente impostas. Informou que está aguardando a data da reunião entre os Poderes que será realizada para noticiar a adesão do Governo do Estado. Após, apresentou o Promotor de Justiça Marcelo Salomão Czelusniak, do Ministério Público do Estado do Paraná, e abriu a palavra para que fizesse algumas considerações a respeito da situação dos pedágios no Estado.

**Marcelo Salomão Czelusniak (MPPR)** apresentou um estudo sobre a atual situação das concessionárias. Relatou que o Governo do Estado, em conjunto com o G7, está elaborando uma proposta de contratação para o Governo Federal. Ademais, acredita que não haverá tempo hábil para uma nova licitação até o final de novembro, quando encerra o contrato vigente. Informou que foi ajuizada uma ação civil pública em face da empresa Caminhos do Paraná para a redução da tarifa.

**Maurício Kalache (MPPR)** agradeceu toda a explanação muito esclarecedora e destacou a inversão do modelo de contratação das concessionárias de 1996 para 2021.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

#### DELIBERAÇÕES

nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Reunião entre os Poderes sobre o E-Prevenção.	Todos	-